



**COLABORATÓRIO DE INTERCULTURALIDADES  
INCLUSÃO DE SABERES E INOVAÇÃO SOCIAL**

## **RELATÓRIO DE PESQUISA – ISOLAMENTO SOCIAL**

**GRUPO DE PESQUISA:** COLINS

**PARCERIAS:** PPG EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA (PPGEAA)

NÚCLEO UNIVERSITÁRIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROF. MÁRIO CHAGAS FERNANDES (NUSC) /

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

**COORDENADOR:** PROF. DR. JOSÉ GUILHERME FERNANDES

**EQUIPE:** RENATA SALLES; RONDINELL AQUINO; SUZANNE SANTOS (CURSO LETRAS/2019)

A pesquisa foi realizada no período de 6 a 10 de abril de 2020, na cidade de São Caetano de Odivelas, com o objetivo de registrar a opinião de concordância ou discordância do público da sede do município em relação ao isolamento social decorrente de ações públicas governamentais para a minimização da transmissão do Corona Vírus, responsável pela doença Covid-19, que originou a pandemia em 2020. Entende-se aqui como **isolamento social** o recolhimento do indivíduo e de sua família em convivência cotidiana quanto ao ambiente doméstico de sua residência, com contatos mínimos e extremamente necessários com o ambiente e os indivíduos externos a esta, estritamente para garantir-se a sua sobrevivência e a de seus próximos. O **distanciamento social** implica, de outro modo, a convivência mais frequente entre o indivíduo e sua família com o ambiente e os indivíduos fora do espaço doméstico, em certa normalidade de contatos diários, mas com ressalvas ao contato direto, que poderá ocorrer presencialmente desde que mantida distância de segurança para evitar-se contágios, além da atenção aos protocolos de uso de EPIs e de medidas assépticas por parte dos interlocutores.

Participaram da pesquisa, como aplicadores do formulário de afirmativas, equipe de três membros do COLINS (Renata Salles, Rondinell Aquino, Suzanne Santos), sendo um homem e duas mulheres, graduandos do Curso de Letras (UFPA), no Núcleo Universitário na referida cidade. Ocorreu com amostragem inicial de 20 moradores da cidade de São Caetano de Odivelas, na região costeira atlântica do Estado do Pará, na microrregião do Salgado. A cidade conta com população estimada em 18.050 habitantes (IBGE/DPE, 2019), dedicada principalmente à economia do pescado (peixes e caranguejos), com participação também de prestação de serviços comerciais e públicos, além do turismo ocasional de pesca esportiva.

### **Metodologia**

A metodologia primordial foi a observação participante, relativa ao levantamento da realidade local frente aos efeitos do isolamento social na comunidade. A partir desta observação pode-se identificar possíveis participantes-modelo da pesquisa, convidando-se

aqueles que teriam interesse espontâneo em opinar sobre as afirmativas postas, desde que caracterizados conforme os aspectos de diversidade de gênero, idade, ocupação, formação. Os participantes da pesquisa tem faixa etária entre 21 e 70 anos, sendo 8 mulheres e 12 homens. Suas atividades são: aposentados (5), professores (2), comerciantes/microempreendedores (3), atividades domésticas (1), autônomos sem especificação (2), pescadores (3), estudantes (2), desempregado (1) e servidor público (1); estas ocupações foram indicadas pelos próprios participantes, escolhidos aleatoriamente conforme interesse em participar da pesquisa.

O instrumento de coleta foi formulário, com 10 afirmativas, para as quais cada participante deveria demonstrar sua concordância ou discordância, ou indiferença, na seguinte disposição:

- (0) INDIFERENTE (3) CONCORDO PARCIALMENTE  
 (1) DISCORDO TOTALMENTE (4) CONCORDO TOTALMENTE  
 (2) DISCORDO PARCIALMENTE

O formulário teve a seguinte disposição:

#### FORMULÁRIO DE PESQUISA – ISOLAMENTO SOCIAL

1. O isolamento social deve ser obedecido rigorosamente				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

2. Deve-se evitar o contato físico em casa / na família				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

3. Deve-se evitar contato físico com parentes e vizinhos				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

4. Deve-se evitar qualquer tipo de reunião (festas, conversas com outros, jogos, lazer, etc.)				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

5. Deve-se evitar sair de casa e da comunidade				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

6. O uso das redes sociais pode substituir os contatos diretos				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

7. Os meios de comunicação (rádio, TV's, jornais e afins) são fontes seguras de informação				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

8. Os cientistas e a ciência darão a solução à pandemia				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

9. Somente Deus poderá nos salvar da epidemia				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

10. O uso sem limites dos recursos naturais pelos humanos provocou a epidemia				
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
INDIFERENTE	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE

As afirmativas de 1 a 5 retratam a opinião estrita quanto ao isolamento social, referindo-se à obediência à restrição, à minimização de contato físico na família e na comunidade e ao trânsito entre a comunidade e o mundo exterior. As afirmativas 6 e 7 referem-se à

importância dos meios de comunicação (mídias públicas e sociais) quanto à informação sobre a pandemia e a confiabilidade destas mídias. As afirmativas 8 a 10 referem-se ao papel da ciência e da religião a fim de solucionar e/ou dar conforto quanto ao problema da pandemia, sendo que a última afirmativa, considerando essa opinião, trata do papel dos humanos em relação à origem da pandemia.

### **Análise e discussão dos resultados**

Pode-se detectar que houve CONCORDÂNCIA em grande maioria das afirmativas, sendo 85 CONCORDÂNCIAS TOTAIS e 64 CONCORDÂNCIAS PARCIAIS, o que demonstra que há aceitação, na maioria das vezes, das afirmativas formuladas pela equipe de pesquisa, mesmo que tenha havido 32 DISCORDÂNCIAS PARCIAIS e 17 DISCORDÂNCIAS TOTAIS, além de 3 INDIFERENÇAS.

No entanto, na leitura mais amíúde deve-se relativizar essa concordâncias. No grupo de afirmativas de 1 a 5, o **isolamento social** deve ser estritamente obedecido para 17 participantes, só que 8 têm CONCORDÂNCIAS PARCIAIS e 9 CONCORDÂNCIAS TOTAIS, o que denota a necessidade de flexibilização desse isolamento. Quanto ao **contato físico** existe resistência quanto a se evitá-lo em família, uma vez que existem 10 CONCORDÂNCIAS PARCIAIS contra 8 DISCORDÂNCIAS (totais e parciais), sendo que este contato entre parentes e vizinhos apresenta 9 CONCORDÂNCIAS PARCIAIS. Em relação a reuniões mais coletivas, para além do meio familiar, houve 11 CONCORDÂNCIAS TOTAIS e 5 DISCORDÂNCIAS PARCIAIS quanto a evitar-se. Quanto a **ausentar-se da comunidade** e manter contato com o mundo externo houve 11 CONCORDÂNCIAS PARCIAIS, o que nos leva a crer que existe necessidade de fluxo para estabelecimento de trocas frequentemente entre a comunidade e o mundo exterior.

No grupo de afirmativas de 6 a 7, o **papel das mídias** (públicas ou sociais) foi apresentado com destaque, com 8 participantes com CONCORDÂNCIA TOTAL e 5 CONCORDÂNCIAS PARCIAIS em relação ao uso das redes sociais como substituto dos contatos diretos, em presença. As mídias abertas (TV, rádio, jornais) foram classificadas como fontes seguras de informação pela maioria, com 10 CONCORDÂNCIAS PARCIAIS e 6 CONCORDÂNCIAS TOTAIS.

No grupo de 8 a 10, a **importância da ciência e da religião** para a solução do problema foram os grandes destaques, sendo que os participantes disseram em grande parte que primeiro devemos buscar a Deus e depois a ciência para termos o conforto e a solução à pandemia. Houve 16 CONCORDÂNCIAS TOTAIS quanto ao papel dos cientistas na solução da pandemia e 18 CONCORDÂNCIAS TOTAIS quanto ao papel de Deus e da religião na solução do problema. No entanto, existe incerteza quanto ao papel do humano na existência do problema, uma vez que o **abuso na utilização dos recursos naturais** como fator de desencadeamento da pandemia foi considerado com 7 CONCORDÂNCIAS TOTAIS E 5 PARCIAIS, mas há 8 DISCORDÂNCIAS quanto ao reconhecimento desse papel, mesmo a despeito de haver suspeita de que a origem do corona vírus seja a utilização de animais silvestres na alimentação humana, provocando cadeia de contaminação entre animais e humanos.

O que podemos depreender, no geral, é que mesmo com a ampla divulgação, nos meios midiáticos abertos, sobre a necessidade do isolamento social, para minimizar-se a cadeia de contaminação, ainda é muito difícil efetivá-lo em aglomerado populacional de cidades locais, estas consideradas como “as aglomerações (que) deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, como verdadeira ‘especialização do espaço’” (SANTOS, 2008, p.87), sendo este o caso em São Caetano de Odivelas. Mesmo que haja um conjunto de serviços de atenção à população, próprios da modernidade urbana, como serviços bancários, magazines, supermercados e mercearias, lojas de material de construção e de material de pesca, serviços públicos municipais e estaduais, escolas de educação básica, núcleo universitário, ocorre, de outro modo, como atividade polarizante, a pesca, o que classifica a cidade como de subsistência, com acentuada prática laboral vinculada à comunidade tradicional, em que as relações de proximidade entre os indivíduos (relações de parentesco e compadrio), próprias destas estruturas sociais, criam resistência à aceitação irrestrita de determinações externas e oriundas de um poder estatal, que não participa rotineiramente da realidade local, bem como situam essas determinações em realidade bem distante, e quase estranha, ao meio imediato dos participantes da pesquisa.

E essa característica fundamental e fundante da cidade a faz uma comunidade tradicional, em que as relações imediatas entre os indivíduos é frequente, em contatos diários e interlocutivos diretos, através de conversas, visitas, circulação entre moradias de parentes e vizinhos, bem como em encontros nas filas e nos espaços de comércio da cidade; o contato direto e cotidiano entre as pessoas “conhecidas” é uma verdadeira instituição social que conforma e estrutura as relações antrópicas naquele espaço. Daí ser o isolamento doméstico tão difícil de ser praticado e como decorrência, mesmo face ao apelo governamental, existe uma relativização da necessidade estrita de evitar-se contatos – na pesquisa, ficou evidenciada a concordância parcial em relação a evitar-se os contatos diretos na família e entre parentes e vizinhos – por mais que haja ampla aceitação da necessidade de obedecer-se ao isolamento social, talvez porque esta determinação está na ordem do dia nas mídias em geral, e a contrariedade à ideia deste isolamento pode configurar-se como alienação do indivíduo da realidade “nacional”. Aparentemente, entende-se que o isolamento social é muito mais em relação ao mundo externo à cidade, por isso a comunidade odivelense aceitou com mais entusiasmo a existência de uma barreira sanitária na estrada de acesso à cidade, que limita a entrada de “estranhos” ao meio, permitindo-se, de outro modo, com mais tranquilidade a entrada de moradores e trabalhadores em circulação pelo município. A estes, inclusive, é mais aceitável o trânsito, pois que, na pesquisa, a maioria concorda com a limitação parcial de saída dos moradores da comunidade. Talvez se a cidade e seu entorno fossem mais autossuficientes na produção de itens de subsistência a aceitação de fechamento mais estrito das entradas da cidade pudesse ocorrer plenamente.

O que podemos observar é que a cidade aceita as diretrizes de um governo central e estatal, mas com ressalvas para que o sentido de tradição das relações parentais e comunitárias não se perca, por isso considerar-se que a ciência poderá dar solução à pandemia, mas não sem antes considerar-se Deus como a entidade primeira que poderá nos salvar dessa situação: aqui ciência e religião não são contrárias, mas complementares

na compreensão de solução para a covid-19. O mesmo serve na compreensão de que os meios comunicativos midiáticos colaboram para a ampliação do conhecimento sobre a pandemia, e também são mecanismos que facilitam a aproximação entre as pessoas, por mais que a própria comunidade não tenha clareza de que suas atitudes humanas podem concorrer para o agravamento da situação quando não se respeita os limites de esgotamento naturais: inexistente a compreensão das correlações entre o local e o global quanto aos efeitos de exploração dos recursos, assim como é distante a percepção de que, algumas vezes, as práticas locais de subsistência e as relações sociais concorrem para o agravamento de problemas advindos das relações antrópicas.

## **Conclusões**

Espera-se, com esta pesquisa, apontar o posicionamento, mesmo que limitado, de uma população de cidade local, de porte populacional pequeno, face à pandemia de Covid-19 e face às orientações do governo central quanto à minimização dos impactos deste fenômeno, baseadas nas orientações da ciência, atentando-se para as nuances de práticas culturais e de organização das relações sociais tradicionais como concorrentes às orientações da modernidade médica.

A OMS (Organização Mundial de Saúde/ONU) discriminou como critérios para a suspensão do isolamento social e quarentena, aos países, o seguinte:

1. Transmissão controlada;
2. Sistema de saúde capaz de testar e isolar casos;
3. Minimizar surtos em casas de repouso;
4. Administrar importação de casos;
5. Engajamento da comunidade;
6. Prevenção no trabalho e nas escolas.

A partir dos dados levantados pode-se afirmar que, considerando-se a realidade de São Caetano de Odivelas, as orientações 1, 2 e 4 podem ser alcançadas partindo-se do controle e atenção às demandas econômicas, ecológicas, socioculturais e de segurança social decorrentes de movimentos populacionais (endógenos ou exógenos) no território municipal, a fim de garantir o bem-estar e a boa convivência comunitárias, por mais que inexista, como em todo o Brasil, um sistema de saúde capaz de testar amplamente a população; no máximo, isolar os caso quando estes forem manifestos. O controle e o isolamento de casos poderá ocorrer, mais satisfatoriamente, mediante barreiras sanitárias, fazendárias e de assistência social nos principais acessos ao município e nas principais vias de comunicação interna, com coleta de dados dos transeuntes e controle de fluxos de munícipes e de estrangeiros. De posse da sistematização das informações acerca dos fluxos, poder-se-á antever demandas e indicar soluções prévias a problemas decorrentes, não somente as endemias, mas também o tráfico de drogas, os foragidos de justiça, as

fugas de delinquentes, a evasão de impostos, os fluxos de mercadorias e serviços, os trânsitos culturais entre comunidades.

As orientações 5 e 6 podem ser alcançadas mediante a gestão da informação nas comunidades do município, mediante a operacionalização de ações de atenção e controle de fluxos e demandas locais, fornecendo-se instrumentos e meios aos comunitários para atuarem em seus territórios com o registro de fenômenos autóctones e alóctones em meios digitais e telecomunicativos, daí ser importante a existência de rede digital de qualidade bem como instrumentos (celulares, tablets, telefonia urbana e rural, radiocomunicação, máquinas fotográficas e de filmagens, etc.), assim como a formação para a pesquisa e o registro desses fenômenos, e ainda a existência de banco de dados a ser constituído a partir dessa coleta, para que se possa estabelecer séries históricas. Com esse engajamento da comunidade no controle e gestão de fenômenos poderemos mais facilmente realizar ações preventivas nos espaços laborais e nas escolas. A orientação 3 não se aplica à realidade de São Caetano de Odivelas.

Na situação atual de pandemia coloca-se em xeque a liberdade de ir-e-vir dos indivíduos, visto que o direito coletivo está acima das particularidades, mesmo porque garantindo-se o direito do coletivo o particular será alcançado, questão já exarada pelo Supremo Tribunal Federal: “o direito à intimidade e da liberdade individual não pode sobrepor-se ao interesse coletivo”, segundo a Ministra Relatora Cármen Lúcia, em Recurso Extraordinário proferido em 2013. Este momento favorece o questionamento dos limites entre o público e o privado, trazendo à baila o modelo de cidade que se quer. E incrivelmente a cidade medieval surge nos auspícios dos fatos cotidianos surgidos com a pandemia e a necessidade de controle de migrações, a fim de se barrar a transmissão. Porque a cidade medieval “é um espaço fechado. A muralha a define” (LE GOFF, 1988, p.71). O que vemos com a pandemia é uma necessidade de isolamento e o temor para com o estrangeiro, por isso a segurança e o policiamento necessário a esse momento, como as barreiras e as blitz para checagem do cumprimento das determinações sanitárias. Complementarmente, na cidade atual, assim como na medieval, a misericórdia e a caridade são instituídas como necessidade de se promover o modelo burguês de solidariedade, de pessoas iguais em direitos: “as ordens mendicantes são as cidades! Elas é que primeiro desenvolvem uma verdadeira imagem daquilo que deve ser a cidade, imagem de paz, de justiça, de segurança” (idem, p. 90), por mais que a solidariedade ainda seja tímida, por vezes confundindo-se como um jogo de poder. Mas há indícios de que venha a ser uma nova lógica na sociedade vindoura, assim como o minimalismo no consumo, a sustentabilidade ambiental e a cidadania no acompanhamento de ações públicas do poder executivo, que poderão garantir os meios de subsistência e qualidade de vida às gerações futuras.

Em suma, as conclusões até aqui levantadas direcionam algumas possíveis **orientações às políticas públicas** no município de São Caetano de Odivelas, a saber:

a) instalação de barreiras fixas e postos de controle móveis nos acessos ao município e nas vias internas de ligação entre as comunidades e os bairros, a fim de levantar demandas e registrar dados sanitários, fazendários, ambientais, de segurança social, socioculturais;

- b) operacionalização de ações de atenção e controle de fluxos e de demandas locais nas comunidades e bairros do município, mediante capacitação de munícipes para o registro de fenômenos autóctones e alóctones diversos, de natureza sanitária, fazendária, ambiental, de segurança social, sociocultural;
- c) identificação, com registro das características e com isolamento, de indivíduos e grupos com sintomatologia de doenças ou demais problemas de ordem social e coletiva;
- d) monitoração de grupos e indivíduos alóctones para acompanhamento de sintomatologia e semiologia médica, através de distanciamento social e quarentenas;
- e) orientação no ambiente de trabalho, nas escolas e nas vias públicas, através de campanhas de esclarecimentos e conscientização, em relação a medidas para a reversão de problemas decorrentes de demandas sanitárias, fazendárias, ambientais, de segurança social, socioculturais;
- f) implementação de fomento à produção hortifrutigranjeira, pesqueira e de serviços e indústrias essenciais, como garantia de autossuficiência do município face às necessidades de isolamento social e comunitário.

Evidentemente que a pesquisa realizada poderá apontar mais variantes e direcionamentos a partir dos dados coletados, além de ser necessária a ampliação da coleta de dados, mas por ora nosso objetivo de apontar a opinião e a concordância/discordância dos comunitários e indicar possíveis soluções para os impasses na limitação de mobilidade dos locais, bem como orientações futuras para as políticas públicas municipais, foi atendido a contento.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Ed. UNESP, 1988.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2008.

São Caetano de Odivelas (PA), 17 de abril de 2020.



Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes

Coordenador COLINS